



CSU CardSystem S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 01.896.779/0001-38

www.csu.com.br/ri

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Prezados Acionistas, A Administração da CSU CardSystem S.A. ("CSU" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Perfil da Companhia

A CSU é empresa líder no mercado brasileiro de prestação de serviços de alta tecnologia voltados ao consumo, relacionamento com clientes, processamento e transações eletrônicas. Com mais de 25 anos de história, a Companhia criou um modelo único e inovador de atuação, oferecendo produtos e soluções inteligentes e sinérgicas para os mais diversos setores da economia, tornando-se referência no mercado brasileiro de prestação de serviços de alta tecnologia.

Mensagem da Administração

No ano de 2017, a CSU apresentou avanço consistente em seus resultados atrelado ao reposicionamento de suas estratégias comerciais e de negócios. Neste longo e contínuo processo, a Companhia inovou com a oferta de produtos e serviços diferenciados, adicionou e fortaleceu suas parcerias comerciais e diversificou suas linhas de negócios com a ampliação de sua atuação para novos segmentos, atuando de forma diligente na geração de valor para seus acionistas, tanto na eficiência dos seus custos e despesas, como pela busca de contratos melhor alinhados com a sustentabilidade de seus negócios.

Tendo a inovação como pilar de seu reposicionamento e transformação, a Companhia lançou novos produtos e serviços, em linha com o que há de mais avançado nos respectivos mercados em que atua. Na CardSystem, desenvolvemos a mais completa plataforma em todo o mercado de cartões no país - CSU Digital - a qual vem apresentando positiva demanda, comprovada por sua contratação pela maioria dos clientes da divisão. Na MarketSystem, ampliamos a utilização da plataforma online permitindo aos clientes da divisão acesso a relatórios "real time", além da integração no OPTE+ de novos parceiros comerciais com foco em experiências - um diferencial do segmento de fidelidade no mercado brasileiro.

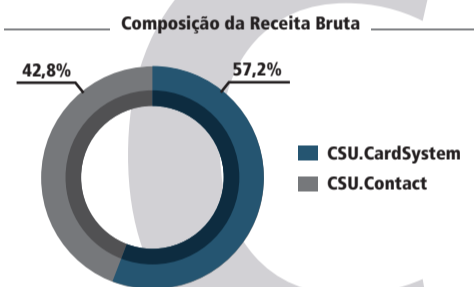
Mesmo em um ano marcado por um ambiente econômico ainda em recuperação, a CSU conquistou novos contratos em todas as suas frentes de negócios, capturou oportunidades de up-sell e cross-sell entre suas divisões, e obteve êxito nos processos de renovação de contratos. Ainda na CardSystem, alinhado à visão estratégica da Companhia quanto a prestação de serviços para empresas de aquisição, no final do ano celebramos um novo contrato com lançamento previsto para o segundo semestre de 2018.

Seguimos confiantes quanto à estratégia de negócios adotados pela Companhia e a qualidade dos serviços prestados em cada uma de suas divisões. Mesmo em um cenário econômico ainda em transformação, a Companhia vem demonstrando sua capacidade em evoluir seus negócios através de novos contratos firmados, foco em inovação e gestão sustentável, comprovado pelos resultados entregues nos últimos anos.

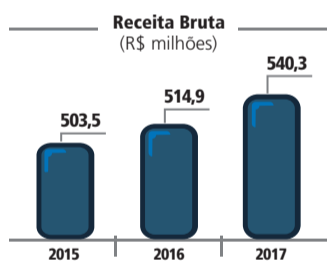
Marcos Ribeiro Leite
Diretor-Presidente

Destaque do Resultado em 2017

Em 2017, a receita bruta da Companhia totalizou R\$ 540,3 milhões, 4,9% superior ao ano de 2016, explicada pelos crescimentos anuais de 8,0% do faturamento da unidade CSU.CardSystem e de 1,1% da unidade CSU.Contact. Esse desempenho reflete, entre outros fatores, as conquistas comerciais realizadas por todas as divisões de negócios nos últimos anos e que tiveram contribuição direta na evolução dos resultados percebida nesse período.



Os resultados da unidade CSU.CardSystem foram beneficiados pelos recordes históricos alcançados ao longo de 2017, tanto no número de cartões processados na CardSystem quanto no volume financeiro transacional de resgates na MarketSystem, contribuindo para que a representatividade de seu faturamento na receita bruta consolidada da Companhia atingisse 57,2% em 2017 (versus 55,6% em 2016 e 54,2% em 2015).



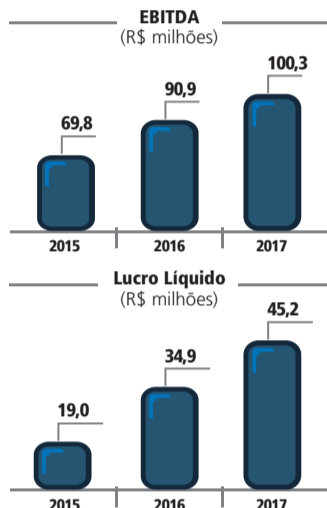
Do ponto de vista comercial, a unidade implantou ao longo de 2017 novos clientes, como: (i) CardSystem: Banco Mercantil do Brasil, (ii) MarketSystem: Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), (iii) MarketSystem: Tribanco, (iv) ITS: Hiperstream, (v) ITS: Granel Química e (vi) ITS: BMK Pró Indústria Gráfica. No ano, também foram renovados os contratos com os clientes já existentes na divisão CardSystem, tais como: Tribanco, Porto Seguro, Banrisul e Banestes.

Ainda, ao final de 2017, o Banco BMG optou por encerrar o contrato para o processamento de cartões, refletindo na redução da base de cartões processados apresentada no período. Por conta do término do contrato mencionado acima, somado a limpeza de base realizada por outros clientes, a divisão CardSystem encerrou o ano de 2017 com o saldo final de 21,7 milhões de cartões cadastrados, com quedas de 5,2% YoY e de 16,8% QoQ. Já a base de cartões faturados apresentou retrações de 7,2% YoY e de 17,8% QoQ, com um total de 18,0 milhões de plásticos. Apesar destas reduções, destacamos que a média do número de cartões processados em 2017 totalizou um montante de 24,4 milhões de cartões cadastrados e de 20,6 milhões de cartões faturados, representando importantes expansões anuais de 8,0% e 9,0%, respectivamente, em comparação às médias de 2016.

Com relação à divisão MarketSystem, o seu volume financeiro transacional totalizou R\$ 193,2 milhões em 2017, 28,9% superior ao volume de 2016, beneficiado pela conquista de novos clientes, pela retomada do consumo na economia, resultando no maior volume de resgates da plataforma. Adicionalmente, o volume de resgates exclusivos do OPTE+ seguiu apresentando crescimentos consistentes, com expansão de 23,8% em 2017 em relação ao ano anterior. Esse desempenho evidencia a atratividade da plataforma e o contínuo processo de mudança cultural de comportamento dos participantes dos programas de fidelidade, dispostos a considerar uma gama muito mais ampla e diferenciada de opções de resgate.

Em linha a esses fatores, a Companhia continuou trabalhando para ampliar os diferenciais competitivos do OPTE+ em suas diferentes modalidades, tendo conquistado mais de 20 novos parceiros comerciais implantados à plataforma. No ITS, a Companhia implantou no ano novos clientes exclusivos desta divisão, todos resultantes dos recentes investimentos realizados para a oferta de cloud computing, comprovando a qualidade e a competitividade de suas soluções e infraestrutura no mercado de TI e terceirização de data center. Já a unidade CSU.Contact registrou uma queda anual de 6,9% na média de PA's faturadas em 2017, encerrando o período com 2.135 posições, resultado do menor volume de ligações nas operações de novos clientes e o representativo ganho de produtividade gerado através da utilização de robotização e aplicação dos novos produtos que usam tecnologias de ponta como pilar. Adicionalmente, ao final de 2017, a redução apresentada na quantidade média de PA's também foi afetada pelo encerramento da operação do Banco BMG.

No ano, o lucro bruto gerado pela Companhia somou R\$ 136,3 milhões (+11,9% YoY), com uma margem bruta de 28,0%, aumento de 1,9 p.p. em relação à margem bruta de 2016. O EBITDA totalizou R\$ 100,3 milhões de 2017, expansão de 10,3% sobre o ano de 2016. A margem EBITDA, por sua vez, atingiu 20,6% no ano, 1,1 p.p. acima da margem registrada em 2016. Com isso, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 45,2 milhões em 2017, 29,5% superior ao resultado líquido do ano anterior. Todos os resultados financeiros mencionados acima são recordes históricos da Companhia e derivam das estratégias de diversificação da Companhia; conquistas de novos clientes; renovação de contratos existentes; foco na geração de valor com nossos produtos e serviços inovativos; estricto controle de custos e despesas; e uma postura diligente com relação aos investimentos empregados.



Endividamento e Geração Operacional de Caixa

A Companhia registrou em 2017 um aumento de 27,9% da geração de caixa operacional líquida, totalizando R\$ 94,2 milhões no exercício. Já o endividamento líquido foi de R\$ 5,8 milhões, 87,1% inferior ao exercício anterior. Além de suportar a realização de CAPEX e o capital de giro do exercício, a geração operacional de caixa do exercício permitiu que a relação dívida líquida/EBITDA encerrasse o ano em 0,1x.

Adicionalmente, a geração de caixa positiva permitiu a distribuição de proventos aos acionistas acima do percentual mínimo obrigatório, previsto no Estatuto Social da Companhia, e a amortização de empréstimos e financiamentos, encerrando o exercício com um saldo de caixa de R\$ 63,7 milhões. A CSU não possui dívidas em moeda estrangeira e não se utiliza de instrumentos derivativos. O caixa segue aplicado em Certificados de Depósito Bancários (CDB's) compromissados emitidos por bancos de primeira linha.

Investimentos

Durante o ano de 2017, a Companhia realizou investimentos no montante de R\$ 42,5 milhões, 32,5% menor quando comparado ao ano anterior. Essa redução se deve à maior alocação de investimentos em 2016, justificada pela (i) necessidade de customização e desenvolvimentos relacionados ao software utilizado para o processamento de cartões, como também (ii) pelo upgrade da licença do mesmo e atualização do Mainframe. No ano, os investimentos da Companhia permaneceram novamente com maior predominância na divisão CardSystem, dada a maior necessidade de alocação de capital com as customizações e desenvolvimentos do software utilizado para o processamento de cartões e, mais recentemente, com o desenvolvimento da plataforma CSU Digital. Os montantes alocados na unidade CSU.Contact refletem a implantação de novos clientes e as expansões de algumas operações já existentes. Adicionalmente, as variações apresentadas nas comparações anuais da unidade também são explicadas pela menor necessidade de investimentos em 2016.

Tabela de Investimentos (R\$ mil) com colunas para 2017, 2016 e % Variação. Inclui CSU.CardSystem, CSU.Contact, Corporativo e Capex.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Tabela do Balanço Patrimonial com colunas para Ativo, Passivo, Nota, 2017 e 2016. Inclui Circulante, Não circulante, Patrimônio líquido e Total do ativo/passivo.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em reais)

Tabela de Mutações do Patrimônio Líquido com colunas para Capital social, Reserva de capital, Ações em tesouraria, Reserva de lucros, Lucros acumulados e Total. Inclui dados para 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016/2017.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, apresentado em Reais)

Tabela de Resultados com colunas para Nota, 2017 e 2016. Inclui Receita líquida, Lucro bruto, Despesas operacionais, Lucro operacional, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido e Quantidade de ações em circulação.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Tabela de Resultados Abrangentes com colunas para 2017 e 2016. Inclui Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes e Total do resultado abrangente.

Programas de Recompra de Ações Próprias

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Recompra de Ações, seu 14º Programa, para aquisição de até 1 milhão de ações de sua própria emissão por um prazo de 365 dias. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contabilizava 533.977 ações em tesouraria, e um saldo do programa de recompras em aberto de até 1 milhão de ações para aquisição. A CSU não faz uso do programa de recompra desde junho de 2014.

O programa de recompra prevê a permanência das ações em tesouraria, sem redução do capital social, para posterior alienação, cancelamento ou para fazer frente às obrigações da Companhia decorrentes de Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações' dirigidas a executivos selecionados da Companhia, ficando a utilização das ações para este fim condicionada à autorização da Comissão de Valores Mobiliários, de acordo com os critérios previamente estabelecidos.

Responsabilidade Social e Ambiental

Sempre engajada com o desenvolvimento social e econômico da comunidade em que atua, em 2003, a CSU fundou o Instituto CSU, uma entidade sem fins lucrativos que já realizou mais de 22,0 mil capacitações entre jovens, mulheres, aposentados e trabalhadores com necessidades especiais. Somente no ano de 2017, mais de mil pessoas foram beneficiadas pelas ações de capacitação e solidariedade. Localizado dentro do site de Alphaville, em Barueri, o Instituto CSU oferece diversos cursos de inclusão digital. Todas as ações realizadas são gratuitas e contam com metodologia, equipamentos de última geração e professores qualificados.

Adicionalmente, a política da Companhia não contratar serviços ou comprar produtos de empresas poluidoras, que desmatem florestas, que usem matérias-primas de fontes ilegais ou que utilizem trabalho infantil ou escravo. Por meio de incentivos fiscais promovidos pelo Governo, parte do imposto de renda devido pela Companhia vem sendo empregado para projetos específicos de cunho social, através da 'Lei de Incentivo à Cultura', 'Lei de Incentivo ao Esporte', 'Lei do Idoso' e 'Lei da Criança e Adolescente'.

Governança Corporativa

Aprimorar as práticas de governança corporativa é um dos objetivos contínuos da Administração, que entende que o relacionamento mais aberto com seus diferentes públicos contribui para melhorar não apenas a imagem da Companhia, mas também seu desempenho.

Em linha com as boas práticas de Governança Corporativa, a Companhia preza pela qualidade das informações levadas a mercado, privilegiando a transparência e cobindo a assimetria de informações. Como companhia de capital aberto, a CSU dispõe de uma Diretoria de Relações com Investidores (RI), a quem cabe zelar pela qualidade das informações prestadas. O Conselho de Administração pode ter de cinco a nove membros, de acordo com o Estatuto Social. É a prática da Companhia manter a maioria dos seus conselheiros como independentes. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2017, os acionistas elegeram o Conselho de Administração com cinco membros. Destes, quatro são conselheiros independentes.

Mercado de Capitais

As ações da CSU (CARD3) são negociadas no Novo Mercado da B3 desde 2006, com o mais elevado nível de Governança Corporativa. Em setembro de 2017, as ações da Companhia passaram a integrar os índices SMLL (Índice Small Cap), IDIV (Índice de Dividendos) e o IBRA (Índice Brasil Amplo) da B3 em suas respectivas carteiras teóricas de ativos. Desta maneira, a Companhia, que já contava com a participação nos índices IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade), IGC (Índice de Governança Corporativa Diferenciada), IG-NM (Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado) e ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado), passou a ser listada em um total de sete índices na Bolsa de Valores Brasileira em dezembro de 2017. O Capital Social da CSU é composto por 41.800.000 ações ordinárias (ON), das quais 39,8% estão livres para serem negociadas no mercado (free float). Atualmente, a composição do free float da Companhia é diversificada, sem concentração relevante de participação por acionistas minoritários. Embora o perfil geográfico desses acionistas seja de predominância brasileira, nos últimos meses a participação de investidores estrangeiros tem aumentado gradativamente. Em 2017, a base de acionistas da Companhia aumentou em 207% em relação a 2016.

Tabela de Acionistas com colunas para # Ações e %. Inclui Controlador, Free float, Tesouraria e Total CARD3.

Data: 31 de dezembro de 2017.

Juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC, em 23 de outubro de 2017, a Companhia recebeu analistas, investidores e demais interessados em sua reunião pública anual. Os participantes puderam interagir com cada uma das Diretorias Executivas Comerciais da Companhia, além dos Diretores de Finanças e de Relações com Investidores, discutindo sobre as divisões de negócios da CSU e promovendo perguntas para um maior entendimento sobre a Companhia. Atualmente, a CSU conta com quatro coberturas de analistas de equity research: Brasil Plural, Coinvalores, Eleven Financial e Empiricus. Adicionalmente, a XP Investimentos vem acompanhando os resultados da Companhia, emitindo opinião de forma independente. As ações da CSU (CARD3) encerraram o último pregão do ano, em 28 de dezembro de 2017, cotadas a R\$ 9,85 por ação, uma valorização anual de 108,5% (ajustada por proventos), enquanto o Ibovespa e o Índice Small Cap registraram altas de 26,9% e 49,4%, respectivamente.

Câmara de Arbitragem

Por disposição estatutária, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda das normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. A lei brasileira é a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória, sendo que, o procedimento arbitral será processado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Esta possui mecanismos próprios, proporcionando maior agilidade e economia nas matérias a serem decididas.

Relacionamento com Auditores Independentes

A política em relação à contratação de auditoria externa assegura que não haja conflito de interesses, perda de objetividade ou independência do auditor no seu relacionamento com a CSU. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, durante 2017, não foram contratados da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes serviços não relacionados à auditoria de suas demonstrações financeiras em montante superior a 5% dos honorários de auditoria.

Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da CSU CardSystem S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Agradecimentos

A Administração da CSU CardSystem S.A. agradece aos seus acionistas, clientes, parceiros, fornecedores e a sociedade pelo apoio e confiança que depositaram na Companhia ao longo do ano de 2017. Em especial, agradece também a seus colaboradores cujo empenho contribuiu diretamente para a qualidade, excelência e sucesso de nossos serviços.

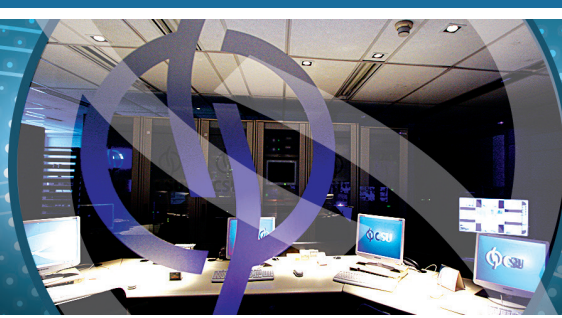
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Tabela de Fluxos de Caixa com colunas para Nota, 2017 e 2016. Inclui Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos e Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Tabela de Valor Adicionado com colunas para 2017 e 2016. Inclui Receitas, Insumos e serviços adquiridos de terceiros, Valor adicionado bruto, Valor adicionado líquido produzido pela entidade, Valor adicionado recebido em transferência, Valor adicionado total a distribuir, Distribuição do valor adicionado, Pessoal e encargos, Impostos, taxas e contribuições, Salários e encargos sociais, Remuneração de capital de terceiros, Remuneração de capital próprio e Valor adicionado distribuído.





## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

→ **continuação**

Aos Administradores e Acionistas  
**CSU CardSystem S.A.**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CSU CardSystem S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

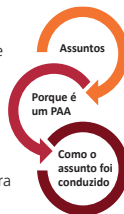
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSU CardSystem S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

### Reconhecimento de receita (Notas 2.25 (a), 3.3 e 21)

Parte significativa das receitas da Companhia são decorrentes da prestação de serviços de processamento de cartões de crédito, programas de relacionamento e fidelização, teletendimento e televendas (*contact centers*).

A receita é reconhecida à medida em que os serviços são prestados, calculada com base nos preços contratuais acordados com os clientes e inclui valores faturados e estimativas de valores a faturar, sendo utilizados diversos sistemas de medição e faturamento que não estão integrados ao sistema contábil da Companhia. Este assunto foi determinado como significativo para a nossa auditoria, pois, além da dependência dos sistemas de faturamento, consideramos que são complexos a captura, o processamento e o registro das transações decorrentes de processos manuais estabelecidos e o julgamento envolvido no processo de mensuração das estimativas de receita a faturar.

As evidências de auditoria determinadas como suficientes e adequadas foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles e de transações. Assim, nossos procedimentos incluíram, entre outros, o entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados com gerenciamento de mudanças e perfis de acesso dos sistemas de medição e faturamento envolvidos nos processos de reconhecimento de receitas.

Com relação aos testes de transação, efetuamos testes documentais para avaliar a completude dos relatórios gerados pelos sistemas de medição e faturamento e conciliação com os registros contábeis. Também, efetuamos testes, com base em amostras, sobre a precisão da geração das faturas, comparando-as com os preços estabelecidos nos contratos e em seguida, comparando-as com os respectivos recebimentos financeiros. Para o processo de mensuração da receita não faturada, comparamos, com base em amostras, as estimativas mensais calculadas e contabilizadas com as faturas emitidas para os clientes nos meses subsequentes, obtendo as explicações para as diferenças relevantes, quando aplicável. Com base nos procedimentos de auditoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita faturada e a faturar são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

### Porque é um PAA

### Ativo intangível (Notas 2.14 (b), 3.5 e 9)

- Capitalização de custos relacionado a softwares
- Licença de uso de software em disputa judicial

Os custos de desenvolvimento de programas de computador ("softwares") que são diretamente atribuíveis a um determinado projeto, identificáveis e controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Esses custos capitalizados incluem a aquisição de licenças de uso, custos com empregados alocados ao desenvolvimento de softwares e outras despesas indiretas aplicáveis.

Adicionalmente, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2017, custos capitalizados no montante de R\$ 13.259 mil, líquido de amortização acumulada, referente ao desenvolvimento e aquisição de licença de uso do software CARD24, para atendimento ao contrato assinado em 2005 com a Caixa Econômica Federal. O contrato está vinculado a um processo judicial contra o referido cliente, cuja utilização futura do software e correspondente realização do investimento efetuado depende da finalização do referido processo.

Estes assuntos foram determinados como significativos para a nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao julgamento da administração na definição dos critérios para capitalização e amortização de custos e na avaliação dos benefícios econômicos futuros esperados em relação ao software CARD24.

As evidências de auditoria determinadas como suficientes e adequadas foram obtidas por meio de testes documentais, com base em amostras, sobre os custos incorridos e capitalizados no ativo intangível. Avaliamos, também, se a natureza desses custos está consistente com a política contábil adotada pela Companhia. Para o período de amortização dos ativos intangíveis, comparamos as taxas de amortização utilizadas pela Companhia com aquelas constantes do laudo de avaliação emitido por especialista externo. Também verificamos a consistência dessas vidas úteis com as apresentadas no exercício anterior.

Com relação ao software CARD24, obtivemos com a administração e assessores jurídicos externos, o entendimento sobre o andamento do processo judicial e a avaliação da probabilidade de desfecho, bem como acerca das alternativas de utilização futura do software em questão.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a capitalização e amortização de custos de desenvolvimento de softwares, bem como os julgamentos efetuados pela administração sobre a realização do software CARD24, são razoáveis e consistentes com as informações e documentos obtidos.

### Outros assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 7 de março de 2017, sem ressalvas.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.